



Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político

Political socialization and social capital: an analysis of the participation of youth in the political and school context

Angelita Fialho Silveira
angelfialho@yahoo.com.br
Maria Salete Souza de Amorim
salete.amorim@uol.com.br

Resumo: Com base nos estudos de socialização e cultura política busca-se compreender como os jovens internalizam, decodificam e constroem suas representações em relação à política e à sua participação no contexto político e escolar. Neste artigo são tecidas algumas considerações sobre os conceitos de capital social e empoderamento com o objetivo de avaliar se as instituições de ensino estão contribuindo para motivar a participação dos jovens no contexto escolar e político. A pesquisa empírica realizada nas escolas de Porto Alegre (RS) mostra que a predisposição atitudinal dos jovens à participação não tem se materializado em comportamentos participativos, mas em comportamentos céticos e apáticos, tanto em relação às instituições políticas quanto às educacionais.

Palavras-chave: cultura política, participação, empoderamento.

Abstract: Based upon studies on political culture and socialization, this paper tries to understand how young people internalize, decode and construct their representations about politics and their participation in the political and school contexts. It examines the concepts of social capital and empowerment in order to evaluate whether the schools are contributing to motivate and stimulate youth to participate in politics and the school context. The empirical research conducted in private and public schools of Porto Alegre (RS) suggests that the youth's attitudinal predisposition for participating has not materialized in participative behavior, but in skeptic and apathetic behaviors in relation both to politics and schools.

Key words: political culture, participation, empowerment.

Introdução

Recentes pesquisas realizadas no âmbito da ciência política têm procurado analisar o papel das instituições de ensino na promoção da participação política dos jovens. Constata-se que o sentimento favorável à democracia e a predisposição atitudinal à participação manifestadas pelos cidadãos não têm se concretizado em comportamentos participativos, evi-

denciando ambigüidades da cultura política e uma incongruência entre atitude e comportamento democrático.

Este artigo tem como objetivo avaliar se as instituições de ensino têm promovido a participação dos jovens no contexto escolar e contribuído para a construção de uma cultura política participativa e democrática. A partir de uma análise longitudinal, busca-se examinar as atitudes e os comportamentos dos jovens em rela-

ção aos mecanismos de participação que se apresentam no contexto escolar e no âmbito político. Para tanto, foi selecionada uma amostra estratificada entre a população juvenil das escolas privadas e públicas de Porto Alegre, no período de setembro e outubro de 2001 e junho e julho de 2004.

O trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira parte faz-se uma revisão do conceito de cultura

política e dos estudos de socialização política. Na seqüência examinam-se os conceitos de capital social e empoderamento. Na terceira parte apresentam-se o conceito de educação cidadã e a análise de dados sobre a participação dos jovens na escola. E, por fim, avalia-se a predisposição dos jovens à participação política.

Socialização e cultura política

Há um reconhecimento por parte da literatura de que os valores culturais são importantes para a compreensão do funcionamento das instituições políticas democráticas. Os precursores dos estudos de cultura política, Gabriel Almond e Sidney Verba, introduzem a estatística na pesquisa comparada, permitindo identificar as regularidades das predisposições atitudinais e do comportamento político dos indivíduos de diferentes países e culturas. Os autores referidos definem a cultura política como o padrão de atitudes e orientações políticas dos cidadãos em relação ao sistema político, internalizado na dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa (Almond e Verba, 1965).

Os autores argumentam que a cultura política relaciona-se diretamente com a estabilidade e a legitimidade do regime político. No caso específico da democracia, a sua estabilidade é avaliada segundo o grau de institucionalização dos procedimentos democráticos e de participação e confiança dos cidadãos nas instituições políticas. A cultura política, fruto da conexão entre políticas micro (motivações e atitudes dos indivíduos) e políticas macro (estruturas e funções do sistema político), configura-se em três tipos ideais: 1) cultura política paroquial, caracterizada

pela ausência de consciência política e de expectativas em relação ao sistema político; 2) cultura política moderada, aquela em que os membros têm consciência do sistema político, mas não estão dispostos a participar, e 3) cultura política participante, caracterizada pela presença de cidadãos conscientes, ligados afetivamente ao sistema político, com capacidade avaliativa e propensos à participação política (Almond e Verba, 1965).

Na pesquisa realizada por Almond e Verba em cinco democracias contemporâneas – Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México – foram encontradas culturas políticas mistas dentro da política de cada país, revelando aspectos de heterogeneidade cultural e dinâmicas históricas diferentes. A *cultura cívica* é abordada pelos autores como cultura política democrática e considerada requisito básico para a institucionalização e a estabilidade da democracia. Os autores recebem críticas por associarem a cultura cívica ao paradigma liberal de democracia e por conceberem os países industrializados – particularmente os Estados Unidos e a Inglaterra – como modelos de democracia (Pateman, 1989). A crítica aos pressupostos políticos e teóricos dos autores não invalida o conceito de cultura política e o emprego de técnicas de *survey* na aferição da opinião pública e da percepção dos cidadãos em relação ao sistema político.

Quarenta anos depois de publicada a obra *The Civic Culture* (Almond e Verba, 1965), a teoria da cultura política mantém-se como categoria analítica importante na compreensão dos fenômenos políticos e sociais. Pesquisas realizadas na América Latina sobre cultura política têm

verificado a existência de uma base de apoio e de adesão dos cidadãos aos princípios democráticos dentro de um clima de insatisfação e descrédito para com o funcionamento da democracia, o que vem acentuando a crise de governabilidade instalada nos governos latino-americanos nos últimos anos, colocando em risco a estabilidade do regime democrático (Bustamante, 1996; Baquero, 2000).

A consolidação da democracia pressupõe a institucionalização de normas democráticas e uma base normativa de apoio ao sistema político. David Easton (1968) distingue esse apoio específico do apoio difuso, presente na maioria dos países latino-americanos, que é baseado em laços de lealdade e afeição e reflete um apoio genérico dos cidadãos à democracia. De acordo com o autor, a ausência de respostas (*outputs*) do sistema político às demandas (*inputs*) da população compromete a estabilidade do regime.

A abordagem assumida por este trabalho propõe um enfoque compreensivo na análise da cultura política de modo a considerar três dimensões: a institucional, relativa à formalização dos procedimentos democráticos; a atitudinal, referente às orientações e atitudes democráticas; e a comportamental, relativa aos hábitos políticos democráticos. De acordo com essa perspectiva, a consolidação da democracia no Brasil dependerá de mudanças significativas na cultura política, caracterizada como híbrida e contraditória, onde convivem elementos autoritários e democráticos. A valorização da democracia pelos cidadãos representa uma base de apoio atitudinal indispensável para o surgimento de comportamentos democráticos (Moisés, 1995; Baquero, 2000). A insatisfação dos

1 Há uma instabilidade geral na América Latina decorrente da crise política e social. Gutiérrez foi o terceiro presidente do Equador a ser deposto em uma década. Na Bolívia, o presidente Carlos Mesa ameaça renunciar, e, no Peru, o presidente Alejandro Toledo só sobrevive no cargo por um acordo com a oposição. Há uma tensão permanente nas fronteiras entre a Colômbia e a Venezuela (Folha de S. Paulo, 24/04/2005).

cidadãos, associada à continuidade de práticas conservadoras e autoritárias, não só inviabiliza a institucionalização da democracia, como acelera um processo de *desconsolidação* democrática nos países latino-americanos (Sánchez-Parga, 2004).

A cultura política se forma, se mantém e se transforma através da socialização política, processo pelo qual as atitudes e valores políticos adquiridos durante a infância são mantidos ou transformados na fase adulta, influenciando o comportamento político dos indivíduos e definindo o seu papel no sistema político (Almond e Powell, 1972).

As pesquisas sobre socialização política, iniciadas nos anos 50 nos Estados Unidos e impulsionadas no Brasil a partir dos anos 80, caracterizam a socialização como um processo permanente, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos, desde a infância até a fase adulta, especialmente na família, na escola e nos grupos de referência. O termo “socialização política” é comumente usado para designar a internalização de valores e a formação das atitudes políticas dos indivíduos. Trata-se de um processo de “transmissão e aquisição das idéias, das crenças, dos valores, das atitudes e dos comportamentos em relação às múltiplas manifestações do poder” (Souza, 1986, p. 74).

A família, a escola, os grupos sociais e profissionais, os meios de comunicação e os partidos políticos são destacados pela literatura como os principais agentes de socialização política. A família, primeira estrutura de socialização encontrada pelo indivíduo, tem desempenhado importante papel na socialização política de seus filhos, contribuindo para a formação de opiniões e atitudes em relação ao poder e à autoridade, tanto no âmbito familiar como nos âmbitos social e político. De acordo com

Almond e Powell (1972), assim como na família,

“a escola contém um padrão particular de adoção de decisões autorizadas, ao qual todos os estudantes são expostos. A participação na adoção de decisões na escola pode ajudar a superar a falta dela em casa – ou pode reforçar os padrões anteriores. Esse problema de padrões de participação e de autoridade é tão importante no nível adulto de educação como no primário” (p. 48).

Na escola os cidadãos têm a oportunidade de adquirir conhecimento político, ampliar suas experiências de participação e desenvolver uma consciência geral do ambiente social. É no contexto escolar que ocorre a formação de valores cívicos e democráticos, visando o pleno exercício da cidadania. Contudo, recentes pesquisas sobre socialização política na escola mostram que as instituições de ensino têm socializado, ao longo dos anos, padrões autoritários através de sua prática educativa, desestimulando a organização e a participação dos jovens no âmbito escolar e político (Souza, 1986; Silveira, 2005).

A escola é uma das instâncias que difunde conhecimento e informação política e pode realizar a socialização política de maneira *formal ou intencional*, por meio de conhecimentos vinculados ao mundo político discutidos em sala de aula, e de maneira *informal ou não intencional*, através das relações entre colegas, professor-aluno e das atividades práticas de ensino. Configuram-se, dessa forma, uma troca de valores entre diferentes grupos e um processo permanente e contextualizado de socialização política entre os jovens (Schmidt, 2000).

Entre os agentes de socialização política cabe destacar ainda os partidos políticos e os meios de comunicação de massa, que exercem influência significativa na estruturação de opiniões e atitudes políticas dos indivíduos na sociedade contemporânea. Os

meios de comunicação fornecem informações políticas, especialmente através dos telejornais, e atuam como formadores de opinião. Apesar de proporem-se investigativos, a sua cobertura negativa dos acontecimentos políticos tem contribuído para reforçar o ceticismo e a apatia dos cidadãos em relação à política e aos políticos. Questionam-se, nesse sentido, o acesso e a qualidade da informação vinculada pelos meios de comunicação e consumida pelos cidadãos.

Em relação aos partidos políticos, considerados agentes importantes na formação das atitudes políticas dos cidadãos, Almond e Powell (1972) argumentam que os mesmos podem atuar de duas maneiras: ou reforçando a cultura política vigente ou alterando os padrões político-culturais de determinada sociedade. No caso do Brasil, os partidos políticos vivenciam uma crise de credibilidade que tem contribuído para reforçar os padrões clientelistas e personalistas da política brasileira.

Os estudos realizados sobre socialização política demandam a discussão da noção de competência cívica e de eficácia política. O desenvolvimento da cidadania ou competência cívica, por meio da transmissão de conhecimentos, da internalização de valores e da predisposição de habilidades para o bem comum da sociedade, é componente-chave do engajamento cívico. As pesquisas empíricas mostram que quanto maior a participação dos indivíduos nas decisões tomadas no interior da família e da escola, maior a sua eficácia política - crença em sua capacidade de influenciar o processo político (Almond e Verba, 1965).

Os jovens que se sentem competentes para participar e influenciar a política expressam adesão aos valores associados ao regime democrático, tais como a confiança nas instituições, a cooperação e a solidariedade. Neste sentido, o conceito de

capital social permite compreender de que forma se pode potencializar a participação da juventude nos processos políticos e educacionais.

Capital social e empoderamento

Estudos sobre capital social na área da ciência política argumentam que as sociedades apresentam um melhor funcionamento e rendimento quando os cidadãos confiam uns nos outros e trabalham cooperativamente em prol do bem comum. Indicadores de opinião pública como participação, envolvimento das pessoas nas organizações sociais e confiança entre os membros de uma comunidade demonstram o potencial e a capacidade de atuação dos cidadãos na esfera pública (Putnam, 1996).

Em relação ao alcance teórico do conceito de capital social, não há um consenso sobre suas implicações técnicas e operativas, mas é possível concebê-lo em termos de relações e mobilizações sociais que visam obter resultados. Contudo, pode ser entendido como um estoque ou acumulação de confiança, expectativas e reciprocidades, fluxos de informação e relações de intercâmbio; seja a partir de relações primárias mais próximas (família), ou de menores proximidades afetivas e emocionais (redes e associações); seja a partir de regras formais e institucionais internalizadas, ou como recurso dos grupos excluídos para enfrentar condições de pobreza e precariedade (Novakovsky, 2003).

O capital social pode ser agrupado em três níveis: no nível individual, atuando no mercado e nas instituições sociais; no nível de pertencimento e de identificação dos indivíduos nas redes sociais, facilitando bens e recursos; e no nível comunitário coletivo, promovendo uma regulação da vida social. Entre algumas fontes de capital social podem-se apontar, de um modo geral, as atividades voluntárias e a confiança interpessoal e institucional (Nazzari, 2003).

As convergências teóricas denotam a idéia de algo que produz benefícios econômicos, melhorias no bem-estar da população e aproximação entre os cidadãos e os governos. Aliás, a apropriação desse conceito pela ciência política se deve, em grande parte, às ineficiências e limitações das abordagens tradicionais em explicar os processos de estagnação das democracias representativas (Baquero, 2000), assim como às necessidades de enfrentar os problemas do crescimento da pobreza e da exclusão social (Kliksberg, 1999).

A relevância deste aporte teórico para explicar o distanciamento e a apatia dos jovens em relação à vida política pauta-se pela idéia de que quando os cidadãos participam ativamente de redes associativas, maior é o seu envolvimento em questões políticas e maior a confiança depositada no poder público. Não obstante, pesquisadores e estudiosos buscam responder a seguinte problemática: como desencadear entre os cidadãos um maior interesse e envolvimento político? Nessa dimensão, assume relevo nas investigações sobre capital social e juventude² o conceito de empoderamento.

O termo “empoderamento” refere-se a um processo que visa fortalecer a autoconfiança de grupos sociais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum. Assim, dotados de autonomia e capacidade de intervenção

na realidade, os indivíduos podem alcançar uma vida autodeterminada e auto-responsável nos processos de participação, discussão e decisão. O surgimento deste conceito coincide com a eclosão dos movimentos sociais (**estudantis, de negros, das mulheres etc.**) do final da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970.

Relacionar a noção de empoderamento à proposta de construção de capital social na juventude sugere a necessidade de realizar práticas de intervenção na realidade como forma de reverter o sentimento de apatia e o comportamento de repúdio em relação à vida política. Portanto, requer a promoção de processos de socialização política, objetivando possibilitar aos jovens noções sobre direitos, cidadania e engajamento cívico em atividades coletivas e solidárias. A respeito disso, Putnam (1996) afirma que a participação das pessoas em atividades associativas tem peso significativo no desenvolvimento de normas de reciprocidade e de confiança interpessoal e institucional. Conseqüentemente, empoderar os jovens não significa apenas trazê-los para a esfera da participação ou possibilitar o seu acesso a discussões, mas questionar como as estruturas de poder se configuram no seu cotidiano.

O empoderamento possibilita às pessoas a noção de igualdade de direitos e oportunidades, transformando os setores sociais excluídos em atores atuantes. Um dos recursos utilizados por Paulo Freire (1970) na educação é a formação de temas geradores, que se articula com uma metodologia conscientizadora, a qual problematiza, junto aos alunos, a realidade, questionando o que se tem feito para transformá-la.

2 O conceito de juventude é polissêmico, e dele podem ser destacadas três características: 1) um período etário situado entre a infância e a juventude, 2) um certo estado de espírito; 3) um estilo de vida (Schmidt, 2000).

O diálogo é, para o autor, o encontro dos “homens mediatizados pelo mundo, pois é na práxis da ação e da reflexão do cotidiano que se desvela o poder. Neste sentido, a dialogicidade é o “encontro dos homens para a pronúncia do mundo, é uma condição para a sua real humanização” (Freire, 1970, p. 160). No entanto, Freire adverte que isto só pode ser concretizado se houver um conhecimento construído e discutido localmente entre os envolvidos. Sob este ponto de vista, o empoderamento visa transformar os atores sociais excluídos em sujeitos ativos.

A concretização do processo de empoderamento, na visão de Prá (2001), pode dar-se mediante a reflexão sobre situações cotidianas, por meio de experiências pessoais, pela reconstrução de histórias de vida e pela adoção de técnicas interativas e cooperativas. Para Sem (1997 in Iorio, 2004), o empoderamento pode ser promovido por ONGs, movimentos sociais, governos e por agências multilaterais; entretanto, para o Banco Mundial a noção de empoderamento fica restrita apenas ao aspecto instrumental, pois não propõe mudanças estruturais nas relações de poder e não questiona a forma como o poder é distribuído na sociedade.

Com base nestas reflexões, o ato de empoderar pode ser visto como fator determinante no desenvolvimento de capital social, no que se refere à constituição de projetos coletivos no conjunto de uma comunidade ou instituição e no despertar do senso de responsabilidade, de solidariedade e de cooperação. De acordo com Pinto (2003, p. 247), o empoderamento é

“um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio

envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania”.

O empoderamento, enquanto estratégia de promoção do capital social, visa potencializar a participação cidadã e capacitar os indivíduos para incidir de forma protagônica nos processos políticos, propondo saídas e alternativas criativas à crise política e social. Portanto, discutir os conceitos de capital social e empoderamento no contexto da educação tem como proposta a *educação cidadã*, cujo objetivo é promover e formar na juventude uma orientação política que incentive a participação e a intervenção no meio sociopolítico.

A educação cidadã e participação dos jovens na escola

Há uma exigência natural no contexto social dos países da América Latina de que as instituições de ensino se apresentem não apenas como simples depositários do saber, mas como canais de acesso crítico aos conhecimentos e informações, com o objetivo de propor para os indivíduos formas alternativas de interferir na realidade (Arroyo, 2001). Neste sentido, Valdivieso (2003) tem sugerido que por meio de uma *educação cidadã* pode-se estimular o capital social e cultivar a capacidade participativa e associativa nas pessoas. Segundo este autor, a educação cidadã é

“[...] una actividad educacional o de capacitación que tiene por finalidad fomentar el despliegue de ciudadanos con competencias para integrarse en sus comunidades y ordenes socio-económicos y participar activamente en el régimen político democrático” (Valdivieso, 2003, p. 22).

Por conseguinte, este tipo de educação traz uma série de propósitos, como: estimular a capacidade de discernimento dos cidadãos nas esferas política, econômica e social; estimular competências cognitivas, procedimentais e associativas nas pessoas, para que, junto com o Estado e o Mercado, elas sejam protagonistas em suas relações sociais, o que indica o fortalecimento do capital social. Em suma, a educação cidadã aspira à participação política, à vida democrática e à autonomia dos indivíduos.

Para que este tipo de aprendizagem se efetive no contexto escolar, é necessária a presença de uma metodologia fundamentada no paradigma construtivista, em que o conhecimento e a ação ocorram simultaneamente. Em outras palavras, buscam-se a reflexão e a ação enquanto processos dialético no processo de ensino e aprendizagem. Conseqüentemente, é uma didática que visa promover uma orientação política que sirva de apoio para o cidadão intervir e atuar na sociedade (Valdivieso, 2003). O autor sugere algumas maneiras de se promover esta didática, por exemplo:

“[...] para entender bien las dimensiones centrales de un problema político (*polity, policy y politics*), consiste en preparar una demanda ciudadana, en relación a un tema importante para la comunidad local (municipio) y trabajar en base a una planificación didáctica que incluya una fase de información en el grupo, otra en la misma municipalidad (en función del tema de interés), otra de análisis grupal, de elaboración de propuesta, consulta a expertos (representantes del Estado, de la empresa, de organizaciones de la sociedad civil, en fin, expertos en relación al tema de interés), votación, y finalmente presentación de la propuesta a las autoridades municipales” (Valdivieso, 2003, p. 23).

O objetivo desse tipo de didática é compreender a complexidade dos problemas que ocorrem no cotidiano dos indivíduos como forma de motivá-los a superar as dificuldades locais. Nesse sentido, torna-se pertinente examinar como o ambiente escolar tem contribuído para a promoção da participação.

O ambiente escolar pode fornecer importantes ferramentas sobre o tipo de cultura política que se forma entre os jovens e indicar se a mesma se constitui ou não em uma cultura participativa. Gillespie e Patrick (*in* Souza, 1983, p. 96) afirmam que a “escola pode ser vista como um sistema de recursos e padrões de comportamento capaz de constituir uma matriz de atitudes e de orientações políticas definidas pelos padrões de atividades lá desenvolvidas”.

Uma das instâncias dentro das escolas que pode canalizar a participação dos jovens é o grêmio estudantil, cuja organização é prevista legalmente enquanto entidade representativa dos estudantes, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais³. Isto posto, passa-se examinar dados provenientes de pesquisa sobre juventude e capital social realizada em Porto Alegre.

Buscando compreender o comportamento dos jovens no ambiente escolar, foi questionado se eles costumam participar do grêmio estudantil. De acordo com os dados da Figura 1, 62% dos jovens em 2001 e 64% em 2004 declaram não participar de atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil. Este comportamento não participativo pode ser explicado a partir de dois elementos: 1) os jovens, em geral, não têm reconhecido o grêmio estudantil como um canal de representação e de defesa de seus interesses; 2) a escola, enquanto agência de socialização política, não tem incentivado padrões parti-

cipativos e democráticos (Souza, 1983).

Com o objetivo de examinar a eficácia política ou o senso de habilidade para participar e influenciar no processo decisório, foi solicitada a opinião dos entrevistados sobre a importância da participação dos jovens nas decisões escolares. Como já se mencionou anteriormente, a competência cívica e a eficácia política são componentes importantes na compreensão do comportamento dos jovens.

De acordo com os dados apresentados na Figura 2, observa-se que 89% dos jovens em 2001 e 72% em 2004 consideram importante a sua participação nas decisões escolares, o que permite afirmar a existência de uma predisposição positiva de eficácia política entre os jovens. Segundo pesquisa realizada por Souza (1983), esta predisposição não é constatada

na prática, configurando-se numa incongruência entre a atitude e o comportamento dos jovens. A autora encontrou uma *cultura política prismática* entre a juventude,

“[...] onde as estruturas formais não operam segundo os modelos tradicionais, mas funcionam de maneira insólita. Os indivíduos apresentam discrepância entre crenças, atitudes e comportamentos: as crenças e atitudes são democráticas e supõem a participação política, mas os comportamentos são autoritários e apáticos ou alienados” (Souza, 1983, p. 250).

Outro aspecto importante na investigação sobre o comportamento dos jovens é o grau de comunicação e o debate promovido no contexto escolar. De acordo com Bordenave (1994), um dos princípios fundamentais para promover a participação é a

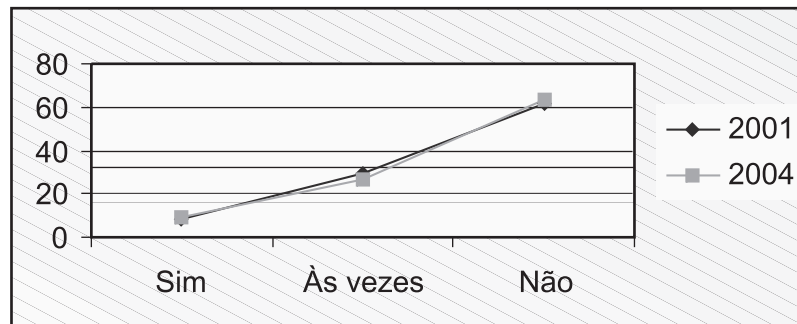


Figura 1. Participação de jovens nas atividades do Grêmio Estudantil. Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

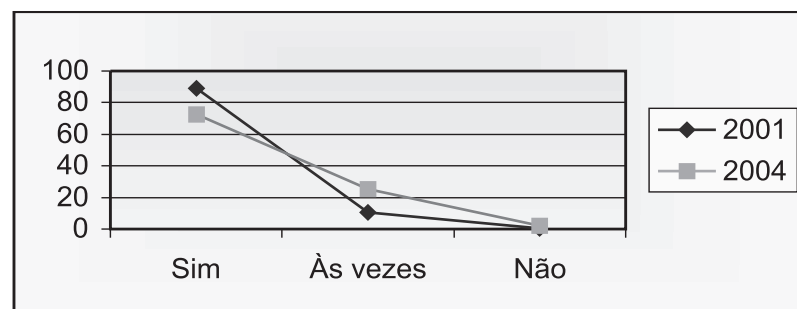


Figura 2. Predisposição dos jovens em participar nas decisões escolares. Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude. NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

3 Lei Federal nº 7.398, de 1985.

manutenção dos fluxos de comunicação dentro das instituições. Somase a isso também que o ambiente escolar, enquanto importante agência de socialização política, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que promovam o engajamento cívico, visando a atuação dos jovens em esferas dentro e fora da escola (Campbell, 2003).

Desse modo, foi perguntado aos jovens se eles costumam discutir problemas da escola com os colegas, com o objetivo de verificar se a instituição de ensino tem promovido espaço e tempo para o debate.

De acordo com os dados da Figura 3, os resultados indicam que há uma inclinação para o debate, contudo, não há indícios de que isto ocorra de maneira sistemática, pois a categoria “às vezes” (54% e 42%) sugere apenas uma tendência para dialogar de maneira ocasional, evidenciando a falta de um espaço formal nas escolas que promova o fluxo de informações, estimulando a comunicação, a troca de idéias e a discussão sobre o contexto escolar.

Dessa forma, os dados evidenciam a ausência de uma cultura participativa entre os jovens nas escolas, corroborando os resultados da pesquisa realizada por Souza em 1983 em Porto Alegre. De acordo com a autora, a estrutura escolar centralizada não tem propiciado oportunidades para o debate e para a participação dos jovens nas decisões escolares; ao contrário, tem estimulando padrões de comportamentos não democráticos. Tendo em vista que a escola é um subsistema dentro do sistema político, torna-se pertinente examinar a participação dos jovens na esfera política.

A participação da juventude em atividades políticas

Estudos sobre participação polí-

tica constata que há uma mobilização para o voto e para a participação eleitoral, considerada a forma *convencional* de participação política, que envolve atividades de cunho eleitoral e partidária como votar, convencer alguém a votar em seu candidato, distribuir panfletos, colar cartazes de seu candidato. As atividades reivindicatórias, como manifestações, protestos, passeatas, greves, boicotes, abaixo-assinados, são abordadas pela literatura como participação política *não convencional* (Norris, 2004).

Observa-se que nas sociedades industriais avançadas a ocorrência de mudanças significativas nos padrões de participação política se dá em função do declínio da importância dos partidos políticos e da adesão aos novos movimentos sociais (Inglehart, 2002). Em relação às sociedades latino-americanas, os baixos índices de participação política devem ser analisados sob o ponto de vista da decepção e da desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas mediante a não resposta dos governos aos graves problemas sociais e ao aumento da pobreza.

Tendo em vista a relevância da participação política dos jovens na constituição de uma cultura política democrática, procurou-se aferir qual a importância que os jovens atribuem à sua participação no âmbito político.

De acordo com os dados apresentados na Figura 4, observa-se que 53% dos jovens em 2001 e 65% em 2004 consideram importante a sua participação em atividades políticas. Contudo, essa predisposição atitudinal não tem se materializado em comportamentos participativos, como mostra a distribuição dos dados da Figura 5.

Os dados mostram que 55% dos jovens em 2001 e 58% em 2004 não costumam participar de atividades políticas. Dentre aqueles que costumam participar, apenas 16% em 2001 e 17% em 2004 participam de conselhos escolares, 12% e 10% de comícios, 10% e 8% de manifestações, 4% de centros comunitários e 2% do orçamento participativo. O que explica este comportamento pouco participativo e de baixo envolvimento em atividades políticas?

Recentes pesquisas explicam que este comportamento se deve, em parte, ao tipo de socialização política realizado nas escolas (Souza, 1983; Schmidt, 2000) e aos baixos índices de confiança depositada nas instituições políticas (Baquero, 2000; Moisés, 2005). Nesse sentido, os jovens, ao não reconhecerem as instituições como um canal mediador de suas reivindicações, não se sentem motivados a participar da vida política e passam a ter um comportamento cético, apático e indiferente.

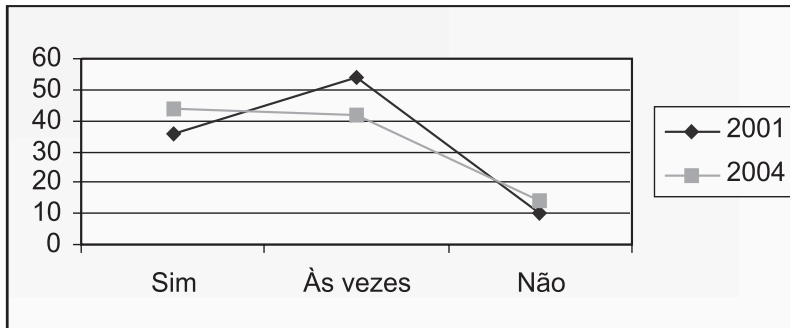


Figura 3. Discute os problemas da escola com os colegas.
 Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude.
 NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

Considerações finais

Com base nos estudos de socialização e cultura política, este artigo analisou a participação da juventude no contexto escolar e político, verificando se as instituições de ensino de Porto Alegre têm contribuído para uma cultura democrática entre os jovens.

O conjunto de dados examinados evidenciou uma predisposição positiva entre os jovens para participar, tanto na esfera escolar como política. No entanto, em termos comportamentais foi constatada uma baixa participação em ambos os contextos. Com base nesta análise, su-

gere-se que o processo de socialização política desenvolvido pelas instituições de ensino não tem estimulado práticas democráticas, o que assinala uma cultura política marcada pela incongruência entre as atitudes e o comportamento político.

A configuração do sistema democrático nos países da América Latina ocorreu de maneira contraditória, compondo entre os indivíduos atitudes e comportamentos ambíguos e contraditórios. Ao mesmo tempo, tem reproduzido uma cultura de descrença nas instituições, nos representantes políticos, desenvolvendo sentimentos de apatia em relação ao

sistema democrático.

Outrossim, o envolvimento esporádico dos jovens em algumas atividades indica a presença de uma juventude não necessariamente alienada, mas apática, típica de uma cultura política híbrida e dualista, em que se mesclam atitudes entre valores autoritários e princípios democráticos, entre o descompasso da consolidação democrática e a construção de uma base normativa de apoio à democracia. Deste modo, depreende-se que os jovens apresentam um potencial a ser desenvolvido e estimulado em direção a um comportamento mais participativo e democrático. Isto implica promover e resgatar valores da democracia por meio do desenvolvimento de processos empoderadores e de uma *educação cidadã*.

Assim, a aplicação do conceito de capital social deve incorporar a noção de empoderamento como um mecanismo estratégico de participação e de formação de sujeitos protagônicos. Cabe ressaltar que ao se vislumbrar uma sociedade democrática, objetivando uma maior incidência e participação dos jovens na vida política, a proposta da *educação cidadã* remete a idéias de fomentar a participação política e a autonomia dos sujeitos.

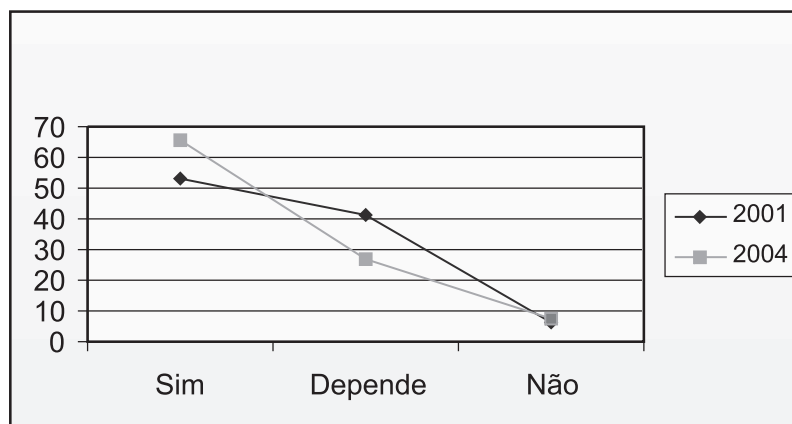


Figura 4. Predisposição para a participação política.
Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude.
NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

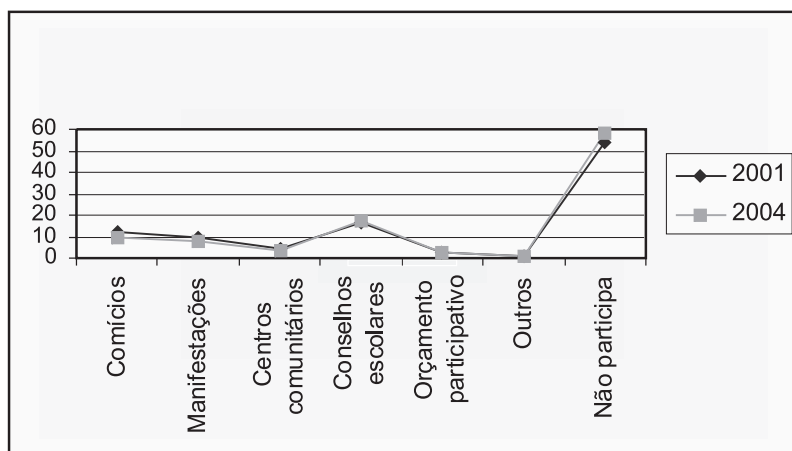


Figura 5. Participação política.
Fonte: Pesquisa Capital Social e Juventude.
NUPESAL e NIEM, 2001 (N=500) e 2004 (N=446)

Referências

- ALMOND, G. e VERBA, S. 1965. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston, Little, Brown and Company.
- ALMOND, G. e POWELL, G.B. 1972. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- ARROYO, M.G. 2001. Política de conhecimento e desafios contemporâneos à escola básica – entre o global e o local. In: R. BAQUERO e C. BROILO (orgs.), *Pesquisando e gestando outra escola: desafios contemporâneos*. São Leopoldo, Ed. Unisinos.
- BAQUERO, M. 1997. O papel dos adoles-

- centes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de Socialização Política. *Cadernos de Ciência Política*, **8**: 3-34.
- BAQUERO, M. 2000. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre, Ed. Universitária/UFRGS.
- BORDENAVE, J.D. 1994. *O que é participação*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- BUSTAMANTE, F. 1996. La cultura política y ciudadanía en el Ecuador. In: *Ecuador, un problema de gobernabilidad*. Quito, CORDES-PNUD.
- CAMPBELL, D. 2003. *Bowling Together*. Disponível em: www.educationnext.org, acesso em: 05/2003.
- EASTON, D. 1968. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar Ed..
- FREIRE, P. 1970. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- INGLEHART, R. 2002. Cultura e democracia. In: L. HARRISON e S. HUNTINGTON (orgs), *A cultura importa*. Rio de Janeiro, Record.
- IORIO, C. 2004. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. Disponível em: www.desarrollolocal.org, acesso em: 10/2004.
- KLIKSBERG, B. 1999. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL*, **69**:85-102.
- MOISES, J.Á. 2005. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, **XI**(1):33-63.
- MOISES, J.Á. 1995. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática.
- NAZZARI, R.K. 2003. *Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 330 p.
- NORRIS, P. 2004. *Young People and Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?* Disponível em: www.pipanorris.com, acesso em: 01/2004.
- NOVAKOVSKY, I. 2003. Capital social y ética aplicada en proyecto de desarrollo. In: Claves para una agenda integral de desarrollo. Caracas, Venezuela, set.
- PATEMAN, C. 1989. The Civic Culture: A Philosophic Critique. In: G. ALMOND and S. VERBA (eds.), *The Civic Culture Revisited*. London. Sage Publications, p. 57-102.
- PINTO, C. 1998. Empowerment: uma prática de serviço social. *Política Social*, Lisboa. Disponível em: www.dhnet.org.br, acesso em: 21/03/2003.
- PRÁ, J.R. 2001. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: M. BAQUERO (org.), *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre; Distrito Federal, Editora da Universidade/UFRGS; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, p. 173-208.
- PUTNAM, R.D. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- ROTHSTEIN, B. 2001. *Trust, Social Dilemmas, and Strategic Construction of Collective Memories*. Gotenborg, Department of Political Science/ Gotenborg University.
- SANCHEZ-PARGA, J. 2004. ¿Por qué se deslegitima la democracia? El desorden democrático. *Ecuador Debate*, **62**:137-160.
- SCHMIDT, J.P. 2000. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 356 p.
- SILVEIRA, A.F. 2005. *Capital social e educação: perspectivas sobre empoderamento da juventude em Porto Alegre*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 111 p.
- SOUZA, A.C. 1983. *Socialização política: a família e a escola na formação de atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 264 p.
- SOUZA, A.C. 1986. Socialização política na Escola: a escola socializa para a participação? *Revista de Ciências Sociais*, **1**(1):73-86.
- VALDIVIESO, P. 2003. Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. *Revista de Sociología Política*, **21**:13-34.

Angelita Fialho Silveira
Mestre em Ciência Política pela UFRGS, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina – NUPESAL/UFRGS.

Maria Salete Souza de Amorim
Doutoranda em Ciência Política pela UFRGS, professora assistente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.